

Brasil reduz meta de saldo comercial para US\$ 4 bi

Nova previsão constará da renegociação com o FMI. Na versão anterior, era de US\$ 10,8 bi. Recessão esperada é de 1,2%

Eliane Oliveira

● BRASÍLIA. A nova meta de superávit comercial (exportações menos importações) que o Brasil vai adotar na renegociação que está sendo feita com o Fundo Monetário Internacional (FMI) é de US\$ 4 bilhões. A versão anterior do acordo com o FMI, de março desse ano, previa superávit de US\$ 10,8 bilhões. A informação é do secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Mário Marconini.

Segundo ele, esse superávit leva em conta uma recessão de 1,2% para a economia brasileira este ano. A versão anterior do memorando firmado com o FMI, em 3 de março último, previa, saldo comercial de US\$ 10,8 bilhões e retração de 3,5% a 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Com uma recessão menor, o Brasil terá menos produtos excedentes para exportar e, consequentemente, o saldo comercial será menor e poderá ter que importar mais.

Atingir a meta de US\$ 4 bilhões de superávit comercial não será

fácil. Isto porque o país terá que sair de um déficit superior a US\$ 6 bilhões em 98, o que significaria uma virada de cerca de US\$ 10 bilhões. Mas o Governo já acredita no crescimento das exportações brasileiras em 99 ou, na pior das hipóteses, na manutenção do valor registrado em 98 (US\$ 51 bilhões de vendas ao exterior), graças à recuperação das economias da Rússia e dos países do Sudeste da Ásia que, desde o mês passado, aumentaram as importações do Brasil.

De janeiro a maio, exportações brasileiras caíram

Mário Marconini citou como exemplo o açúcar — que a Rússia já retomou as exportações — óleo de soja, minério de ferro, celulose, carnes bovina e de frango. Ele lembrou que os países da América Latina também tendem a aumentar as importações de manufaturados do Brasil. Entre janeiro a maio deste ano, as exportações brasileiras para Mercosul e América Latina caíram, respectivamente, 31,9% e 28,4%.

— O principal motivo deste fra-

co desempenho é a dificuldade que os países na região vêm enfrentando — disse Marconini.

De acordo com o secretário de Comércio Exterior, as previsões do FMI para 99 são de redução do PIB da América Latina de 0,5% e do Mercosul, de 1,7%. Como esses números levam em conta a queda de 3,8% do PIB brasileiro — e estes números estão sendo revistos —, é possível esperar uma recuperação maior das economias este ano. Marconini também citou como fatores positivos para as exportações brasileiras a retomada das linhas de crédito internacionais e os efeitos da desvalorização, que começarão a ser sentidos nos próximos meses.

Quanto ao risco de as importações do Brasil crescerem mais que o esperado, em razão de uma queda menor do PIB — justificada pelo reaquecimento da economia — o secretário acha que isso será compensado pelo aumento das compras de produtos brasileiros.

Pelos dados divulgados ontem pela Secex, as exportações brasileiras cresceram 18,4% em rela-

ção a abril último. Houve forte recuperação das vendas de semi-manufaturados, com destaque para celulose (59%), açúcar em bruto (207,7%) e óleo de soja (30,5%). Nas pautas de básicos e manufaturados, os melhores desempenhos ocorreram com minério de ferro (13,4%), café em grão (17,6%), carne de frango (46,3%), carne bovina (69,6%), calçados (2,8%), suco de laranja (49,2%) aparelhos transmissores e receptores (14%), papel (7,5%), açúcar refinado (45,7%), pneumáticos (2,5%) e móveis (18,5%).

Inflação ficará entre 11,5% e 12,5% pelo IGP, diz Bier

Na reavaliação dos cenários da economia para este ano, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, confirmou que a queda do PIB ficará próxima de 1% e a inflação entre 11,5% e 12,5%, pelas projeções do IGP-DI. A taxa para o consumidor ficará abaixo desse patamar, perto de 7% até o fim de 1999. Ele disse que o sistema de metas de inflação não será incorporado formalmente nesta revisão do acordo

porque é a primeira vez que o Fundo incorporaria metas de inflação a um programa e ainda não está preparado para isso.

Segundo Bier, os estados poderão surpreender e apresentar um resultado melhor do que o previsto inicialmente no acordo com o Fundo, e que não deverá mudar. Bier admitiu que as pressões por aumento de gastos continuam, mas advertiu que ainda resta assegurar o superávit no segundo semestre do ano.

— É possível que a gente tenha um superávit um pouquinho acima de 0,4% ou o grau de segurança em relação ao 0,4% pode aumentar.

Sempre tem que tomar muito cuidado com as unidades da federação que o Governo federal não controla e tem sempre questões que podem afetar que estão fora do controle do Executivo — completou.

Ele afirmou que o estrito cumprimento do acordo de renegociação das dívidas com a União levaria a um resultado melhor das contas dos estados, mas o Governo foi conservador para não correr riscos excessivos.

Apesar dos sinais de melhora, Bier se mantém inflexível num ponto: não se pode afrouxar no controle dos gastos.

— É muito importante que fique claro que a gente tem ainda metade de um ano pela frente. Depois, tem todas essas incertezas no campo jurídico, especificamente nas contribuições de ativos e inativos. Então, não dá para trabalhar com excesso de resultado primário como se já estivéssemos em 31 de dezembro. Contamos com esta reserva até para lidar com essas questões — acrescentou.

Vitórias na Justiça podem garantir mais recursos

Bier disse ainda que poderá haver espaço para um gasto maior caso o Governo seja vitorioso em todas as decisões da Justiça em relação a duas pendências: a contribuição previdenciária de ativos e inativos e a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de setores monopolizados, como por exemplo energia elétrica e petróleo. ■